



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0500.001810/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 2º CHAMADA

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA - Estado de Alagoas, Comissão de Agente de Contratação, designado pela Portaria nº 0111/2024 de 29 de fevereiro de 2024, torna público para o conhecimento das empresas e demais interessados, que fará realizar licitação sob a modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE DE ITENS** nos termos do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 15 de julho de 2026.

Horário: 08:00 horas.

Local: <https://www.licitanet.com.br/>

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de veículos automotores zero quilômetro abrangendo veículos de passeio, utilitários, vans, ambulâncias e caminhões, divididos em lotes, para atender às necessidades da frota das Secretarias do Município de Delmiro Gouveia/AL, conforme especificações expressas em Termo de Referência.

1.2 Legislação. A presente Licitação será regida pela Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

1.3 Se constatada divergência de sequência entre os itens dispostos no edital e aos da plataforma, **prevalecerão os constantes na plataforma.**

1.4 O licitante deverá se atentar à disposição dos itens constantes na plataforma eletrônica, sendo obrigatória a leitura de cada item para fins de inserção das propostas, não sendo aceitas quaisquer alegações futuras por falta de atenção.

1.5 O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR LOTE DE ITENS**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

1.6 Decreto nº 8.538, Art. 8º § 3º - **Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.**

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

3.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6 *Para os itens ou lote de cota reservada, a participação é reservada para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

3.6.1 *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.7 Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

3.7.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8 O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

3.11 O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13 A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço.

4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

4.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

4.12 O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor total do objeto;

5.1.2 Marca;

5.1.3 Descrição detalhada do objeto;

5.1.4 Quando o campo próprio do sistema for insuficiente para o preenchimento das informações, o detalhamento deverá ser feito na proposta anexa ao sistema;

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006. (Quando trata-se de objeto compatível).

5.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5 *O lance deverá ser ofertado pelo valor total do LOTE DE ITENS*

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

- 6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.
- 6.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.11.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.11.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.13 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.14 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.15 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.16 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.17 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.17.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.17.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.17.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.18.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.18.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

6.18.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.18.2.2 empresas brasileiras;

6.18.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.19.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.5 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.20 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

7.2 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.6.1 e 4.5 deste edital.



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

7.3 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.4 Não será aceita a proposta ou lance vencedor cujo preço seja incompatível com o estimado pela Administração ou manifestamente inexequível.

7.4.1 **Nos casos acima, o Pregoeiro convocará o arrematante para negociar ou ratificar o lance, sob pena de desclassificação, no prazo de 15 (quinze) minutos.**

7.4.2 O prazo de que trata o item acima, poderá ser prorrogado por igual período a critério do Pregoeiro.

7.5 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.5.1 contiver vícios insanáveis;

7.5.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.5.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.5.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.5.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos.

7.6 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.6.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.6.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.6.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.6.1.3 Para comprovar a exequibilidade, o Pregoeiro poderá solicitar do licitante arrematante, contratos firmados com entes públicos ou privados e/ou Notas Fiscais emitidas com o prazo máximo de 01 (um) ano da data de abertura da sessão, de produtos iguais ou com características semelhantes aos do objeto da licitação.

7.6.2 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.7 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

7.8 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.8.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.8.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.9 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.11 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8 DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será analisado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação. Deverá o licitante classificado em primeiro lugar, sob pena de inabilitação, enviar os seguintes:

8.1.1 SICAF, caso a empresa possua cadastro;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;

8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria- Geral da União;

8.1.4 Certidão Negativa de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;

8.1.5 Certidão Negativa de Inabilitados, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

8.1.6 Certidão Negativa de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

8.1.7 Certidão Negativa referente a procedimentos extrajudiciais em tramitação no Ministério Público Federal;

8.1.8 Mesmo que a empresa não possua SICAF deverá enviar o solicitado nos itens acima.

8.2 Os cadastros dos itens 8.1.2 ao 8.1.7 deverão ser enviados em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429 de 1992, que prevê, dentre as sanções



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3 Cabe única e exclusivamente ao licitante, a responsabilidade pela consulta e pelo envio das certidões e dos cadastros acima elencados.

8.4 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5 Os licitantes que não estiverem cadastrados nos níveis habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF deverão apresentar ou complementar a documentação a eles relativa.

8.6 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.7 Habilitação jurídica:

8.7.1 Cédula de identidade ou qualquer outro documento oficial com foto do representante legal da empresa;

8.7.2 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.7.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.7.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.7.6 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

8.7.7 No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede.

8.7.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.8 Regularidade fiscal e trabalhista:



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

- 8.8.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 8.8.2 Prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados);
- 8.8.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.8.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.8.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.8.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- 8.8.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.8.8 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- 8.8.9 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 8.8.10 Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte, ou sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 8.8.11 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.9 Qualificação Econômico-financeira:

- 8.9.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;
- 8.9.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos do artigo 69, *caput*, inciso II da Lei 14.133/2021;
- 8.9.3 **Balanco patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 2 (dois) exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.9.4 No caso de licitação para fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da microempresa, empresa de pequeno porte, nem da sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro;

8.9.5 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.9.6 Comprovação da situação financeira da empresa constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) iguais ou maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG =;

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante Ativo Total

SG =;

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC =;

Passivo Circulante

8.9.7 Para cumprimento do disposto no item anterior, o balanço deverá vir acompanhado de um demonstrativo de cálculos dos índices acima requeridos, bem como assinado e carimbado por contabilista devidamente habilitado perante o Conselho Regional de Contabilidade – CRC, sendo que o balanço esteja devidamente registrado na junta.

8.9.8 Patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) em relação ao valor estimado da contratação para o item, exigido somente no caso de a licitante apresentar resultado igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices acima exigidos, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta na forma da Lei.

8.10 Qualificação Técnica

8.10.1 As empresas, cadastradas ou não no SICAF deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

8.10.1.2 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares/equivalentes ou superiores com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

8.10.1.3 Declaração de Rede de Assistência: Apresentação de declaração formal assinada pelo representante legal, comprometendo-se que, caso a licitante sagre-se vencedora, disponibilizará Rede de Assistência Técnica Autorizada própria ou credenciada pelo fabricante, localizada no estado de Alagoas, apta a realizar as revisões obrigatórias e manutenções em garantia, assegurando o fornecimento de peças genuínas.

8.10.1.4 A comprovação da existência da rede autorizada, nome, endereço e CNPJ da oficina deverá ser apresentada no momento da assinatura do contrato ou retirada da Nota de Empenho, sob pena de desclassificação e convocação da segunda colocada.

8.10.1.5 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.10.1.6 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.10.2 O Pregoeiro poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação, o licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na legislação.

8.10.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

8.10.4 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10.5 Se a menor proposta ofertada for de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.

8.10.6 A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.10.7 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

8.10.8 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.10.9 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.11 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.12 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizações pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.13 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.14 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.15 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.16 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

8.16.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.17 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.18 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.18.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.18.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.19 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.20 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.10 A proposta final do licitante arrematante deverá ser anexada ao sistema e/ou encaminhada para o e-mail: cpldelmiro@outlook.com, no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

9.10.1 Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

9.10.2 Conter descrição do produto ofertado, marca/modelo (quando for o caso), valor unitário de cada item, valor total de cada item, valor global do item e valor global da proposta;

9.10.3 Propostas em desconformidade com os itens acima, serão desclassificadas e acarretarão na inabilitação do licitante.

9.11 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.11.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

9.12 A critério do Pregoeiro, o prazo que trata o item 9.1 poderá ser prorrogado desde que o licitante motive e justifique a necessidade da prorrogação e o faça antes que o prazo estabelecido anteriormente termine.



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

10 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.10 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.11 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.12 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.13 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.14 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.15 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.16 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.10 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.10.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.10.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

11.11 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.11.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

11.11.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.12 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.12.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.12.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

11.13 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.13.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.13.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12 DOS RECURSOS

12.10 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.11 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.12 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

12.12.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.12.2 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante cada fase da sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso no prazo de 10 (dez) minutos.

12.12.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

12.12.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.13 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

12.14 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.15 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.16 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.17 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.18 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.19 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://transparencia.delmirogouveia.al.gov.br> e www.licitacoes-e.com.br

13 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.10 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.10.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.10.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.10.2.2 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.10.2.3 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.10.2.4 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.10.2.5 deixar de apresentar amostra;

13.10.2.6 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.10.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.10.3.2 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.10.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.10.5 Fraudar a licitação



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

- 13.10.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 13.10.6.2 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 13.10.6.3 induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 13.10.6.4 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 13.10.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 13.10.8 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 13.11 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 13.11.1 advertência;
 - 13.11.2 multa;
 - 13.11.3 impedimento de licitar e contratar e
 - 13.11.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 13.12 Na aplicação das sanções serão considerados:
- 13.12.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 13.12.2 as peculiaridades do caso concreto
 - 13.12.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 13.12.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 13.12.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.13 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 13.14 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 13.15 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 13.16 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.10.4, 13.10.5, 13.10.6, 13.10.7 e 13.10.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.10.1, 13.10.2 e 13.10.3 que justifiquem a



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.17 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.10.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.18 A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.19 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.20 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.21 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.22 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.10 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.11 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.12 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail cpldelmiro@outlook.com ou protocolada na sede da Prefeitura Municipal.



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

- 14.13 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 14.13.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 14.14 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.10 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 15.11 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 15.12 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 15.13 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 15.14 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.15 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.16 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 15.17 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.18 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 15.19 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como poderá ser lido ou obtido na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Praça da Matriz, nº 08, Centro, Delmiro Gouveia - AL, Estado de Alagoas, de Segunda a Sexta no horário das 08 às 14 horas e, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados e endereço eletrônico de e-mail: cpldelmiro@outlook.com
- 15.20 Nas certidões que não constarem a validade, serão consideradas com validade de 30 (trinta) dias.
- 15.21 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

- 15.22 ANEXO I – Termo de Referência “ANEXO”.
- 15.23 ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços;
- 15.24 ANEXO III – Minuta de Contrato.

Marinete Moraes Ferreira de Oliveira
Comissão de contratação



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de veículos automotores zero quilômetro abrangendo veículos de passeio, utilitários, vans, ambulâncias e caminhões, divididos em lotes, para atender às necessidades da frota das Secretarias do Município de Delmiro Gouveia/AL, conforme especificações expressas em Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente demanda para a aquisição de veículos zero quilômetro fundamenta-se na imperiosa necessidade de renovação e ampliação da frota oficial do Município de Delmiro Gouveia, visando assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços públicos essenciais prestados à população. A frota municipal constitui o principal vetor logístico para a execução de políticas públicas, e sua atual condição impõe desafios operacionais que comprometem a eficiência administrativa. A distribuição estratégica desses novos veículos entre as diversas secretarias reflete o compromisso da administração em atender demandas críticas, com especial ênfase nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, que, juntas, representam a maior parcela da necessidade de renovação.

2.2. No âmbito da Saúde Pública, a aquisição reveste-se de caráter vital e urgente. A incorporação de 32 novas ambulâncias, sendo 26 de simples remoção e 06 do tipo UTI Móvel, é indispensável para garantir o Transporte Fora do Domicílio de pacientes que necessitam de tratamentos contínuos e complexos, como hemodiálise e quimioterapia, em centros urbanos maiores. A disponibilidade desses veículos, aliada à segurança de uma frota nova, mitiga o risco de falhas mecânicas durante o transporte de pacientes em estado crítico, assegurando o cumprimento do dever constitucional de proteção à vida e acesso à saúde. Da mesma forma, a Educação e a Assistência Social demandam veículos de transporte coletivo, como vans e micro-ônibus, para assegurar o acesso digno e seguro de estudantes à rede de ensino e o atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade, substituindo veículos que apresentam desgaste acentuado pelo uso intenso.



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

2.3. Além do atendimento social direto, a justificativa técnica para esta aquisição considera as especificidades geográficas e operacionais do município. A inclusão de veículos robustos, como as picapes com tração 4x4 e os caminhões-pipa, atende diretamente às necessidades das Secretarias de Agricultura e Infraestrutura, que operam frequentemente em zonas rurais e locais de difícil acesso. Estes veículos são ferramentas de trabalho essenciais para o abastecimento de água potável em comunidades carentes, a manutenção de estradas vicinais e o apoio técnico ao produtor rural, atividades que não podem ser executadas com eficiência por veículos de passeio comuns ou por uma frota envelhecida e sem a tração adequada.

2.4. Sob a ótica da economicidade e da gestão eficiente dos recursos públicos, a renovação da frota representa uma decisão estratégica de redução do Custo Total de Propriedade. A manutenção de veículos com idade avançada gera despesas crescentes e imprevisíveis com manutenção corretiva, além do custo indireto causado pela indisponibilidade dos bens parados em oficinas. Ao optar pela aquisição de veículos novos, a Administração Municipal beneficia-se da garantia de fábrica, que cobre eventuais defeitos por um período mínimo de 12 meses, eliminando custos imediatos de reparo. Adicionalmente, a modernização tecnológica dos motores proporciona maior eficiência energética e menor consumo de combustível, resultando em economia substancial no custeio diário da máquina pública.

2.5. Por fim, a aquisição alinha-se estritamente aos princípios da legalidade e da sustentabilidade ambiental. A renovação da frota garante que o município opere com veículos que atendem integralmente às normas de segurança viária do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), dispondo de equipamentos obrigatórios atualizados que protegem a integridade física dos servidores e cidadãos. Simultaneamente, os novos veículos estão em conformidade com as exigentes diretrizes do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), emitindo significativamente menos gases poluentes em comparação à frota antiga, demonstrando a responsabilidade socioambiental da administração. Portanto, a presente contratação é técnica, econômica e socialmente viável, sendo imprescindível para a modernização administrativa de Delmiro Gouveia-AL.

3. ESPECIFICAÇÃO

3.1. Constitui objeto do presente estudo a futura e eventual aquisição de 129 (cento e vinte e nove) veículos automotores zero quilômetro, de fabricação nacional ou importada, ano de fabricação/modelo corrente, compreendendo veículos de passeio, utilitários, vans, ambulâncias e caminhões, divididos em 10 (dez) lotes, conforme as especificações e quantitativos descritos abaixo:



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

LOTE 01: VEÍCULO PASSEIO 0 KM, MOTOR MÍNIMO DE 1.3 FLEX TIPO SEDAN 05 PASSAGEIROS.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO VEÍCULO	QUANT.	UNID.
01	<p>VEÍCULO PASSEIO 0 KM, MOTOR MÍNIMO DE 1.3 FLEX TIPO SEDAN 05 PASSAGEIROS.</p> <p>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO VEÍCULO:</p> <p>veículo passeio 0 km tipo sedan, motor mínimo de 1.3 flex, ano/modelo da data de aquisição, 04 (quatro) portas laterais e 01 (uma) traseira, cor branca, câmbio de 05 marchas à frente e 01 à ré, tração dianteira, ar condicionado, direção hidráulica ou elétrica, bicomcombustível, tanque de combustível com capacidade mínima de 47 litros, com capacidade para 05 (cinco) passageiros, inclusive o condutor, encosto de cabeça nos bancos dianteiros, buzina, cintos de segurança 03 (três) pontos para os bancos laterais, dianteiro e traseiro e subabdominal central no banco traseiro, travamento central das portas, vidros elétricos dianteiros e porta malas, injeção eletrônica, air bag frontal para motorista e passageiro, central multimídia uconnect de 7" touchscreen com android auto e apple car play, bluetooth, entradas usb (2) rádio am e fm, alto falantes e tweeter nas portas, conexão usb, freios abs, rodas de 15" e pneus 185/60 r15, estepe com a mesma medida das demais rodas (roda e pneu), demais itens obrigatórios conforme a legislação vigente e código de trânsito brasileiro. Garantia igual ou superior a 12 (doze) meses. O VEÍCULO DEVE SER ENTREGUE DEVIDAMENTE LICENCIADO E EMPLACADO COMO VEÍCULO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA/AL. VEÍCULO NOVO 0 KM 1º EMPLACAMENTO CONFORME A DELIBERAÇÃO 064/2008 DO CONTRAN.</p>	21	VEÍCULOS

LOTE 02: VEÍCULO PASSEIO 0 KM, MOTOR MÍNIMO DE 1.6 AT FLEX TIPO SUVs/CROSSOVERs 07 PASSAGEIROS.



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO VEÍCULO	QUANT.	UNID.
01	<p>VEÍCULO PASSEIO 0 KM, MOTOR MÍNIMO DE 1.6 AT FLEX TIPO SUVs/CROSSOVERs 07 PASSAGEIROS.</p> <p>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO VEÍCULO:</p> <p>veículo passeio 0 km tipo SUVs/CROSSOVERs, motor mínimo de 1.6 flex., ano/modelo da data de aquisição, 04 (quatro) portas laterais e 01 (uma) traseira, cor branca, Transmissão Automática de 6 velocidades, tração dianteira, ar condicionado, direção hidráulica ou elétrica, bicomcombustível, tanque de combustível com capacidade mínima de 47 litros, com capacidade para 07 (sete) passageiros, inclusive o condutor, encosto de cabeça nos bancos dianteiros, buzina, cintos de segurança 03 (três) pontos para os bancos laterais, dianteiro e traseiro e subabdominal central no banco traseiro, travamento central das portas, vidros elétricos dianteiros e porta malas, injeção eletrônica, air bag frontal para motorista e passageiro, central multimídia com tela (original de série do veículo) touchscreen com android auto e apple car play, bluetooth, entradas usb (2) rádio Am e Fm, alto falantes e tweeter nas portas, conexão usb, freios abs, rodas de liga leve de no mínimo 15" (polegadas), pneus radiais com medidas mínima 185/60 r15, estepe com a mesma medida das demais rodas (roda e pneu), demais itens obrigatórios conforme a legislação vigente e código de trânsito brasileiro. Garantia igual ou superior a 12 (doze) meses. O VEÍCULO DEVE SER ENTREGUE DEVIDAMENTE LICENCIADO E EMPLACADO COMO VEÍCULO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA/AL. VEÍCULO NOVO 0 KM 1º EMPLACAMENTO CONFORME A DELIBERAÇÃO 064/2008 DO CONTRAN.</p>	02	VEÍCULOS

LOTE 03: VEÍCULO TIPO PICAPE UTILITÁRIO 1.3 FLEX 0 KM, POTÊNCIA MÍNIMA DE 97 cv, CABINE SIMPLE (PLUS).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO VEÍCULO	QUANT.	UNID.
01	<p>VEÍCULO TIPO PICAPE UTILITÁRIO 1.3 FLEX 0 KM, POTÊNCIA MÍNIMA DE 97 cv, CABINE SIMPLE (PLUS).</p> <p>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO VEÍCULO:</p> <p>veículo automotor tipo picape cabine simples (plus), zero quilômetro, ano/modelo da data de aquisição, potência mínima de 97 cv, com motor mínimo de 1.3, 02 (duas) portas laterais e 01 (uma) traseira (carroceria), distância entre eixos 2.737 (mm), capacidade mínima da caçamba de 1.354 litros, suspensão traseira com eixo rígido - capacidade mínima de carga 720 kg, cor branca ou preta, equipamentos obrigatórios exigidos pelo contran, câmbio manual, transmissão mecânica de 05 marchas à frente e 01 à ré, ar-condicionado automático digital, direção hidráulica ou elétrica, tanque de combustível com capacidade mínima de 55l, bicomcombustível (gasolina e álcool), buzina, cintos de segurança retráteis de 3 pontos com regulagem de altura e pré tensionados, capacidade de 02 (dois) passageiros, encosto de cabeça nos bancos dianteiros com ajuste de altura, computador de bordo, faróis de neblina original, travamento central das portas, injeção eletrônica, air bag lateral, air bag frontal duplo para motorista e passageiro, rodas de liga leve 15" + pneus 195/65 r15, estepe com a mesma medida das demais rodas (roda e pneu), freios abs, vidros elétricos, travas elétricas, câmera de ré e sensores de estacionamento, protetor de caçamba, capota marítima, ponto de força 12 v, , rádio am e fm, alto falantes 5" e tweeter nas portas, conexão usb, protetor de cárter, jogo de tapetes e demais itens obrigatórios de série do veículo conforme a legislação vigente e código de trânsito brasileiro, garantia igual ou superior a 12 (doze) meses. O VEÍCULO DEVE SER ENTREGUE</p>	10	VEÍCULOS



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

	DEVIDAMENTE LICENCIADO E EMPLACADO COMO VEÍCULO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA/AL. VEÍCULO NOVO 0 KM 1º EMPLACAMENTO CONFORME A DELIBERAÇÃO 064/2008 DO CONTRAN.		
--	--	--	--

LOTE 04: VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO PICAPE 0 KM 1.3 FLEX, CABINE DUPLA, POTÊNCIA MÍNIMA DE 97 cv.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO VEÍCULO	QUANT.	UNID.
01	<p>VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO PICAPE 0 KM 1.3 FLEX, CABINE DUPLA, POTÊNCIA MÍNIMA DE 97 cv.</p> <p>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO VEÍCULO:</p> <p>veículo automotor tipo picape cabine dupla, zero quilômetro, ano/modelo da data de aquisição, potência mínima de 97 cv, com motor mínimo de 1.3, 04 (quatro) portas laterais e 01 (uma) traseira (carroceria), distância entre eixos 2.737 (mm), capacidade mínima da caçamba de 844 litros, suspensão traseira com eixo rígido - capacidade mínima de carga 650 kg, cor branca ou preta, equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN, câmbio manual, transmissão mecânica de 05 marchas à frente e 01 à ré, ar-condicionado automático digital, direção hidráulica ou elétrica, tanque de combustível com capacidade mínima de 55l, bicomcombustível (gasolina e álcool), buzina, cintos de segurança retráteis de 3 pontos com regulagem de altura e pré tensionados, capacidade de 05 (cinco) passageiros, encosto de cabeça nos bancos dianteiros traseiros com ajuste de altura, computador de bordo, faróis de neblina original, travamento central das portas, injeção eletrônica, air bag lateral, air bag frontal duplo para motorista e passageiro, rodas de liga leve 15" + pneus 195/65 r15, estepe com a mesma medida das demais rodas (roda e pneu), freios abs, vidros elétricos dianteiros e traseiros, travas elétricas, câmera de ré e sensores de estacionamento, protetor de caçamba, capota marítima, ponto de força 12 v, rádio am e fm, alto falantes 5" e tweeter nas portas, conexão usb, protetor de cárter, jogo de tapetes e demais itens obrigatórios de série do veículo conforme a legislação vigente e código de trânsito brasileiro, garantia igual ou superior a 12 (doze) meses. O VEÍCULO DEVE SER ENTREGUE DEVIDAMENTE LICENCIADO E EMPLACADO COMO VEÍCULO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA/AL. VEÍCULO NOVO 0 KM 1º EMPLACAMENTO CONFORME A DELIBERAÇÃO 064/2008 DO CONTRAN.</p>	13	VEÍCULOS

LOTE 10: VEÍCULO CAMINHÃO 0 KM, POTÊNCIA BRUTA (NOMINAL) DE NO MÍNIMO 207 CV OU EQUIVALENTE.



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO VEÍCULO	QUANT.	UNID.
01	<p>VEÍCULO CAMINHÃO 0 KM, POTÊNCIA BRUTA (NOMINAL) DE NO MÍNIMO 207 CV OU EQUIVALENTE.</p> <p>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO VEÍCULO:</p> <p>Caminhão pipa com capacidade de 12.000 litros, novo, ano de fabricação corrente, equipado com motor diesel com potência bruta (nominal) de no mínimo 207 cv ou unidade equivalente, declarado pelo fabricante, PBT MÍNIMO LEGAL de 22.000 kg e carga útil técnica mínima de 15000 kg, ar condicionado de fábrica, cor predominante: branca. Equipado com carroceria tipo pipa de 12.000 litros, tanque para água construído em aço carbono, tratamento interno com tinta epóxi, chapa em aço 1020 mínimo 4,50 mm, com quebra ondas, carretel com mangueira de alta pressão com bico regulável e comprimento mínimo de 10 metros com 1” (polegada), suporte para fixar magote e válvula de sucção, fixação através de vigas em aço carbono, conexões e mangueiras de sucção e descarga 1.1/2 polegada (38mm), de PVC flexível com reforço espiral em PVC rígido (modelo KM ou similar) na cor azul, bomba acionada por tomada força através de cardã para auto carregamento, com sistema traseiro para aspersão de água, chuveiro traseiro e bico de pato lateral, com lameiro de borracha, guarda corpo na parte superior do reservatório que atenda a NR12, faixas refletivas, proteção lateral, chave geral para baterias, caixa/dispositivo protetor de baterias e demais equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN. O veículo deve estar em conformidade com o PROCONVE - Programa de Controle de Poluição do AR por Veículos Automotores. O veículo deve ser entregue com taxas e impostos pagos, abastecido com tanque de combustível cheio e demais itens obrigatórios conforme a legislação vigente e código de trânsito brasileiro. Assistência técnica autorizada no estado de entrega do bem. Deverá ser realizada entrega técnica e ter garantia igual ou superior a 12 (doze) meses, contada a partir da entrega definitiva do bem. O VEÍCULO DEVE SER ENTREGUE DEVIDAMENTE LICENCIADO E EMPLACADO COMO VEÍCULO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA/AL. VEÍCULO NOVO 0 KM 1º EMPLACAMENTO CONFORME A DELIBERAÇÃO 064/2008 DO CONTRAN.</p>	02	VEÍCULOS

3.2. Todos os veículos deverão ser entregues devidamente licenciados e emplacados como veículo oficial do Município de Delmiro Gouveia/AL, em conformidade com o PROCONVE e as resoluções vigentes do CONTRAN.

3.3. PLANILHA DE QUANTITATIVOS POR SECRETARIA

LOTE	ESPECIFICAÇÃO DO VEÍCULO	UNID.	SECRETARIAS													TOTAL
			AGRICULTURA	CONTROLADORIA	CULTURA	EDUCAÇÃO	FINANÇAS	GABINETE	GOVERNO	INFRAESTRUTURA	MEIO AMBIENTE	ASSISTÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	SMTT	SEGURANÇA PÚBLICA	
1	VEÍCULO PASSEIO 0 KM, MOTOR MÍNIMO DE 1.3 FLEX TIPO SEDAN 05 PASSAGEIROS.	VEÍCULOS	1	1	1	0	1	1	1	2	1	3	5	2	2	21



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

2	VEÍCULO PASSEIO 0 KM, MOTOR MÍNIMO DE 1.6 AT FLEX TIPO SUVs/ CROSSOVERs 07 PASSAGEIROS.	VEÍCULOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
3	VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO PICAPE 0 KM 1.3 FLEX, POTÊNCIA MÍNIMA DE 97 cv, CABINE SIMPLES (PLUS).	VEÍCULOS	2	0	0	1	0	0	0	2	0	0	3	2	0		10
4	VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO PICAPE 0 KM 1.3 FLEX, CABINE DUPLA, POTÊNCIA MÍNIMA DE 97 cv.	VEÍCULOS	1	0	1	3	0	0	1	0	0	0	3	2	2		13
10	VEÍCULO TIPO CAMINHÃO PIPA 12 MIL LITROS	VEÍCULOS	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		2

4. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

4.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.

4.1.2. O certame utilizará o Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do art. 78, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

4.2. Forma de fornecimento

4.2.1. O fornecimento do objeto será por demanda, mediante a emissão de Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho, conforme as necessidades da Administração, respeitando-se os prazos de entrega e locais estabelecidos no Termo de Referência.

4.3. Exigências de habilitação

4.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

4.3.1.1. Habilitação jurídica

a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;

d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

4.3.1.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.3.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

4.3.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

4.3.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

4.3.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

4.3.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

4.3.1.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.3.1.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

4.3.1.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

4.3.1.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

4.3.1.3. Qualificação Econômico-Financeira

4.3.1.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

4.3.1.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos do artigo 69, *caput*, inciso II da Lei 14.133/2021;

4.3.1.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

- a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- b) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nos termos do artigo 65, §2º, da Lei 14.133/2021;
- c) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

d) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

4.3.1.3.3.1. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

4.3.1.3.3.2. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

4.3.1.4. Qualificação Técnica

4.3.1.4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares/equivalentes ou superiores com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

4.3.1.4.2. Declaração de Rede de Assistência: Apresentação de declaração formal assinada pelo representante legal, comprometendo-se que, caso a licitante sagre-se vencedora, disponibilizará Rede de Assistência Técnica Autorizada própria ou credenciada pelo fabricante, localizada no estado de Alagoas, apta a realizar as revisões obrigatórias e manutenções em garantia, assegurando o fornecimento de peças genuínas.

4.3.1.4.2.1 A comprovação da existência da rede autorizada, nome, endereço e CNPJ da oficina deverá ser apresentada no momento da assinatura do contrato ou retirada da Nota de Empenho, sob pena de desclassificação e convocação da segunda colocada.

4.3.1.4.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

4.3.1.4.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

5. CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DO OBJETO



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

5.1. A execução do objeto processar-se-á sob o regime de Sistema de Registro de Preços, o que faculta à Administração a aquisição parcelada dos veículos conforme a conveniência, a oportunidade e a disponibilidade orçamentária de cada Secretaria participante. O fluxo de execução terá início mediante a expedição da respectiva Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho pela unidade requisitante, documento este que formalizará a demanda e deflagrará a contagem do prazo de entrega.

5.2. A contratada ficará obrigada a entregar os veículos no prazo máximo estipulado de 30(trinta) dias, em local definido pela Administração Municipal em Ordem de Fornecimento, livre de fretes, seguros ou despesas de descarregamento, assumindo integral responsabilidade pela integridade dos bens até o ato do recebimento definitivo.

5.3. A contratada deverá entregar os veículos já devidamente regularizados junto ao Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN).

5.3.1.a execução só será considerada concluída se os veículos forem entregues com o primeiro emplacamento realizado e licenciado em nome do Município de Delmiro Gouveia/AL, devendo a fornecedora arcar com todas as despesas referentes a taxas de registro, emissão de Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV), placas padrão Mercosul e quaisquer outros emolumentos necessários para a livre circulação imediata da frota, isentando a Administração de trâmites burocráticos posteriores.

5.4. O procedimento de recebimento do objeto obedecerá a um rito de dupla verificação para assegurar a conformidade técnica.

5.4.1. **1ª Verificação** - Recebimento Provisório: dar-se-á o Recebimento Provisório, mediante recibo, para efeito de verificação sumária da conformidade visual e documental.

5.4.2. **2ª Verificação** – Recebimento Definitivo: No prazo de até 15(quinze) dias ocorrerá o Recebimento Definitivo, após vistoria técnica minuciosa que comprovará o perfeito funcionamento dos itens de segurança, a integridade da mecânica e da funilaria, a conferência dos números de chassi e motor, bem como a efetiva presença dos equipamentos de transformação solicitados para as ambulâncias e caminhões (sinalizadores, macas, tanques, bombas).

5.4.3. Caso seja detectada qualquer desconformidade ou vício, a contratada deverá providenciar a substituição ou reparo do bem no prazo fixado pela fiscalização, sob pena de não aceitação.

5.5. A execução do objeto estende-se ao período de pós-venda através da garantia de fábrica. A contratada deverá assegurar a cobertura técnica total contra defeitos de fabricação e montagem pelo período mínimo de 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem.



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

5.6. A fornecedora deverá comprovar a disponibilização de uma rede de assistência técnica autorizada ou credenciada situada dentro do Estado de Alagoas ou em um raio de distância compatível com a logística municipal, garantindo que as revisões obrigatórias e manutenções em garantia sejam realizadas com celeridade, evitando o deslocamento oneroso da frota para outros estados e assegurando a continuidade da prestação do serviço público.

5.7. FORMA DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.8. A execução do objeto será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, com fundamento no inciso IV do art. 78 da Lei nº 14.133/2021, o que permitirá a aquisição parcelada dos veículos conforme a conveniência e a disponibilidade orçamentária da Administração Municipal.

5.9. O procedimento terá início com a emissão da Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho pela unidade requisitante, devendo a contratada realizar a entrega dos bens no prazo máximo estipulado em contrato, em local definido pelas Secretarias Solicitantes, correndo por sua conta exclusiva todas as despesas relacionadas a transporte, frete, seguro e descarga, isentando o Município de quaisquer custos adicionais até a efetivação do recebimento.

5.10. Em estrita observância às condições de habilitação técnica, os veículos deverão ser entregues novos, zero quilômetro, do ano de fabricação corrente ou modelo subsequente, e, conforme exigência expressa do edital, já devidamente licenciados e emplacados em nome do Município de Delmiro Gouveia/AL. Caberá à contratada a responsabilidade integral pelos trâmites junto ao DETRAN/AL, arcando com todas as taxas de primeiro emplacamento, emissão de CRLV e instalação das placas padrão Mercosul, garantindo que a frota seja entregue em condições de plena e imediata circulação legal, em conformidade com as normas do CONTRAN e PROCONVE.

5.11. Prazo de vigência do contrato

5.11.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços decorrente deste processo licitatório será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura e respectiva publicação no Diário Oficial, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a manutenção da vantajosidade dos preços registrados, conforme faculta o artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.11.2. Durante este período, a Administração Municipal poderá realizar as solicitações de aquisição dos veículos de forma parcelada, conforme a necessidade superveniente das Secretarias, obrigando-se a detentora da ata ao fornecimento pelos preços registrados.

5.11.3. Distintamente da vigência da ata, estabelece-se o prazo de vigência da **Garantia Técnica** dos bens adquiridos, que deverá vigorar pelo período mínimo de 12 (doze) meses, sem limite de



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

quilometragem, contados a partir da data do Recebimento Definitivo de cada veículo. Esta garantia cobrirá integralmente defeitos de fabricação, vícios de qualidade, montagem e funcionamento de todos os componentes mecânicos, elétricos e acessórios, devendo a contratada prestar a assistência necessária conforme descrito no modelo de execução do objeto.

6. MODALIDADE DA LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

6.1. Modalidade e Forma: A licitação será realizada na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, nos termos do art. 6º, inciso XLI, e art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2. Critério de Julgamento: O critério de julgamento das propostas será o de MENOR PREÇO POR LOTE.

6.3. Modo de Disputa: Adotar-se-á o modo de disputa ABERTO ou FECHADO, em conformidade com o art. 56 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentação específica, visando fomentar a competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa através da etapa de lances sucessivos.

6.4. Regime de Contratação: A licitação terá por objetivo a formação de Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme art. 78, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, comprometendo-se a vencedora a fornecer os veículos pelos preços registrados durante a vigência da Ata, conforme a demanda da Administração.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Termo de Referência correrão à conta dos recursos específicos da Secretarias Municipais de Agricultura, Controladoria, Cultura, Educação, Finanças, Gabinete, Governo, Infraestrutura, Meio Ambiente, Assistência Social, Saúde, SMTT e Segurança Pública.

7.2. Quando da contratação, para fazer face à despesa, será emitida Declaração do Ordenador da Despesa de que a mesma tem adequação orçamentária e financeira com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, acompanhada da Nota de Empenho expedida pelo setor contábil.

8. DAS OBRIGAÇÕES

8.1. Obrigações da CONTRATANTE:

8.1.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, permitindo o acesso de representantes da Contratada ao local de entrega.



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

- 8.1.2. Receber os veículos, provisória e definitivamente, conferindo sua conformidade com as especificações do Edital e da Proposta.
- 8.1.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os veículos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada ou que apresentem avarias.
- 8.1.4. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto, fixando prazo para sua correção ou substituição.
- 8.1.5. Efetuar os pagamentos devidos, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais, especialmente a entrega da documentação do veículo.
- 8.1.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor ou comissão especialmente designada.

8.2. Obrigações da CONTRATADA:

- 8.2.1. Entregar os veículos novos, zero quilômetro, de primeiro emplacamento, estritamente de acordo com as especificações técnicas (marca, modelo, versão, cor e acessórios) constantes no Termo de Referência, Contrato e na Proposta Vencedora.
- 8.2.2. DO EMPLACAMENTO E DOCUMENTAÇÃO: Entregar os veículos já devidamente licenciados e emplacados (Placas Mercosul) em nome do Município de Delmiro Gouveia/AL, arcando com todas as despesas de despachante, taxas do DETRAN, emissão de CRLV e impostos incidentes.
- 8.2.3. Realizar a entrega no local, data e horários estabelecidos pela Contratante, responsabilizando-se integralmente pelo transporte, frete, seguro de carga e descarga até o recebimento definitivo.
- 8.2.4. Garantir que os veículos entregues atendam aos limites de emissão de poluentes e ruídos exigidos pelo PROCONVE e possuam todos os itens de segurança exigidos pelo CONTRAN.
- 8.2.5. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:
 - a) Prestar garantia total dos veículos pelo período mínimo de 12 (doze) meses (ou prazo maior, se oferecido pela fábrica), sem limite de quilometragem;
 - b) Indicar e manter, durante a vigência da garantia, rede de assistência técnica autorizada situada no Estado de Alagoas para realização das revisões e reparos necessários.
- 8.2.6. Realizar a Entrega Técnica dos veículos, fornecendo instruções detalhadas aos condutores e responsáveis da Prefeitura sobre o funcionamento, dirigibilidade, acionamento de tração (se houver) e manutenção preventiva.



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

8.2.7. Substituir, às suas expensas e no prazo máximo de 15(quinze) dias corridos, o veículo que for recusado pela fiscalização por apresentar defeito de fabricação, desconformidade com o edital ou avarias decorrentes do transporte.

8.2.8. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes da execução do contrato.

8.2.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.2.10. Atender aos chamados de Recall do fabricante, se houver, comunicando imediatamente a Contratante e providenciando o reparo sem custos.

9. DO PAGAMENTO

9.1. Liquidação e Condições

9.1.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal eletrônica apresentada expressa os elementos necessários e essenciais, tais como:

- a) Descrição detalhada do veículo (Marca, Modelo, Ano/Modelo);
- b) Número do Chassi e Placa do veículo;
- c) Dados do contrato, do empenho e do órgão contratante;
- d) Valor unitário e total;
- e) Destaque das retenções tributárias cabíveis.

9.1.2. A liquidação da despesa e o consequente pagamento ficam estritamente condicionados ao RECEBIMENTO DEFINITIVO do objeto, atestado pelo fiscal do contrato, e à apresentação dos seguintes documentos acessórios:

- a) Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) digital, comprovando o emplacamento em nome do Município de Delmiro Gouveia/AL;
- b) Manual do Proprietário e Chave Reserva;
- c) Certificado de Garantia devidamente preenchido.

9.1.3. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista (Certidões Negativas do INSS, FGTS, Trabalhista, Federal, Estadual e Municipal).

9.2. Procedimento em caso de Irregularidade



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

9.2.1. Havendo erro na Nota Fiscal ou ausência do emplacamento/documentação exigida, a tramitação será suspensa para que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo de pagamento somente após a regularização, sem ônus para a Contratante.

9.2.2. Constatando-se situação de irregularidade fiscal da contratada, será providenciada sua notificação para regularização em 5 (cinco) dias úteis.

9.2.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto (ex: entrega de parte do lote ou veículos com avarias), deverá ser observado o art. 143 da Lei nº 14.133/2021, permitindo-se o pagamento da parcela incontroversa (veículos aceitos), ficando retido o pagamento dos itens em desacordo até sua substituição.

9.3. Prazo do Pagamento

9.3.1. O pagamento será efetuado em até 03 (três) parcelas iguais, sendo a primeira no prazo de 30 (tinta) dias contados a partir da data do adimplemento da obrigação (Recebimento Definitivo com documentação completa) e do atesto da Nota Fiscal pelo fiscal do contrato.

9.3.2. Na emissão das Notas Fiscais/Fatura, o Licitante vencedor deverá descrever o objeto obrigatoriamente, em conformidade com a descrição contida em sua proposta, bem Como o nº do processo e da Ordem de Fornecimento.

9.3.3. Ocorrendo erro na apresentação da Nota Fiscal, a mesma será devolvida a contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação da nova Nota Fiscal corrigida.

9.3.4. Os pagamentos poderão ser sustados pela Contratante nos seguintes casos:

9.3.5. O não cumprimento das obrigações assumidas que possam de alguma forma prejudicar a Contratante.

9.3.6. Inadimplência de obrigações assumidas pela Contratada para com o Município de Delmiro Gouveia, por conta do estabelecido neste Edital.

9.4. Forma de Pagamento

9.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em conta corrente de titularidade da Contratada.

9.4.2. Haverá retenção de tributos na fonte (IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP e ISSQN, se couber), conforme a legislação vigente, exceto para empresas optantes pelo Simples Nacional que apresentarem a devida comprovação



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

10. DA FISCALIZAÇÃO/ACOMPANHAMENTO

10.1. Designação do Fiscal

10.1.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelos servidores designados pelas secretarias demandantes, para esta função, ou por seu substituto legal, a quem competirá atestar o recebimento provisório e definitivo dos veículos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

10.1.2. Compete ao fiscal exercer o acompanhamento sistemático da execução contratual, verificando o cumprimento dos prazos de entrega, a conformidade das especificações técnicas dos veículos (modelo, ano, cor, acessórios) e a regularidade fiscal da contratada.

10.1.3. Solicitar à CONTRATADA a substituição do veículo que for recusado no recebimento provisório ou que apresente vício insanável, fixando prazo de 15 dias úteis para o atendimento, sem ônus para a Administração.

10.1.4. No caso de defeitos apresentados durante o período de garantia, acionar a assistência técnica e acompanhar o reparo, exigindo o cumprimento dos prazos estabelecidos.

10.1.5. Anotar em registro próprio todas as irregularidades constatadas, comunicando-as formalmente ao preposto da CONTRATADA para regularização e, se for o caso, propor à autoridade competente a aplicação de sanções.

10.1.6. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal serão submetidas à apreciação da autoridade superior da Secretaria Municipal de Administração, para adoção das medidas cabíveis.

10.1.7. As determinações do fiscal, respaldadas na legislação, neste Termo de Referência e no Contrato, deverão ser imediatamente atendidas pela CONTRATADA.

10.1.8. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes.

10.1.9. A fiscalização do contrato será auxiliada pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual (Art. 117, § 3º, da Lei nº 14.133/2021).

11. DAS SANÇÕES/PENALIDADES

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação de penalidades, conforme as infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

11.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

11.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

11.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;

a) Advertência pela falta do subitem 11.1.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, calculada na forma do contrato, com base no total do valor da contratação realizada de forma direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 13.1 deste Termo de Referência, no percentual de até 10% (dez por cento), na hipótese de cometimento das infrações previstas nos itens 11.1.1 a 11.1.7, e até 20% (vinte por cento), se cometidas infrações previstas nos itens 11.1.8 a 11.1.12;

b.1) O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;

b.2) A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades definidas nos itens “c” e “d” abaixo:

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos casos dos subitens



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

13.1.2 a 13.1.7 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.12 deste Termo de Referência;

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

11.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o rito procedimental previsto no Capítulo I do Título IV da Lei 14.133/2021 – Das Infrações e Sanções Administrativas.

11.6. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.7. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

12. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

12.1. Da Vigência da Ata de Registro de Preços

12.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

(PNCP), podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, conforme faculta o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. Da Vigência da Contratação

12.2.1. O prazo de vigência de cada contratação decorrente da Ata (formalizada por Contrato ou Nota de Empenho) terá início na data de sua assinatura/retirada e encerrar-se-á após o recebimento definitivo do objeto, o pagamento e o cumprimento integral do período de garantia.

12.2.2. Para fins de fiscalização e execução das garantias contratuais, a vigência do contrato perdurará pelo período mínimo de 12 (doze) meses após o Recebimento Definitivo, ou pelo prazo de garantia oferecido pelo fabricante (se superior), assegurando à Administração o direito de exigir a reposição de peças ou reparos decorrentes de vícios ocultos ou defeitos de fabricação (Art. 105 da Lei nº 14.133/2021).

12.3. Da prorrogação

12.3.1. A vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, mediante termo aditivo, respeitado o limite máximo de 2 (dois) anos, quando demonstrado que o preço se mantém vantajoso para a Administração.

12.4. No interesse do Município de Delmiro Gouveia-AL o objeto desse ato convocatório poderá ser suprimido ou aumentado no limite de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial licitado, facultada a supressão além desse limite, por acordo entre as partes, conforme disposto no art. 125, da Lei nº 14.133/21.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Dos Casos Omissos

13.1.1. Os casos omissos neste Termo de Referência serão resolvidos pela autoridade competente da Secretaria Municipal de Administração, com base nos princípios gerais de direito público, nas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos regulamentos municipais aplicáveis.

13.2. Da não obrigatoriedade (SRP)

13.2.1. O registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações nas quantidades estimadas, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada a preferência ao beneficiário do registro em igualdade de condições (Art. 82, § 2º, da Lei nº 14.133/2021).

13.2.2. A Administração reserva-se o direito de adquirir apenas os quantitativos que lhe convierem, de acordo com a disponibilidade orçamentária e a necessidade superveniente.



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

13.3. Da comunicação

13.3.1. Todas as comunicações referentes à execução do contrato serão consideradas válidas quando efetuadas por escrito, mediante correspondência oficial (física ou eletrônica via e-mail corporativo), com comprovante de recebimento.

13.4. Do Foro

13.4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Delmiro Gouveia/AL para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste Termo de Referência e do futuro Contrato, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Delmiro Gouveia-AL, 20 de fevereiro de 2026.

Rosangela Freire R. M. Costa

Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0500.001810/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026

O **MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA - ALAGOAS**, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 12.224.895/0001-27, com sede na Praça da matriz, n.º 08 Centro, na cidade de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas, pela Prefeita Eliziane Ferreira Costa Lima, brasileira, casada, portadora do RG nº 874401 SSP/AL e CPF (MF) nº 648.053.954-00, residente e domiciliada na Rua Floriano Peixoto, nº 1549, Bairro Eldorado e a Senhora Rosangela Freire R. M. Costa portadora do CPF (MF) nº 505.061.534-87 neste ato nomeada através do decreto nº 01/2021 de 04 de janeiro de 2021 para assinatura da presente ata, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2026** publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Alagoas de XX/XX/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de veículos automotores zero quilômetro abrangendo veículos de passeio, utilitários, vans, ambulâncias e caminhões, divididos em lotes, para atender às necessidades da frota das Secretarias do Município de Delmiro Gouveia/AL, conforme especificações expressas em Termo de Referência.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1. O órgão gerenciador será o Município de Delmiro Gouveia.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50 % (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

5.5. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.11.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

5.11.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.12. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
- 8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
 - 8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS.

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e no Edital.

11.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, a qual, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes, encaminhada cópia aos órgãos participantes.

Delmiro Gouveia - AL, (...) de (...) de 2026.

MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA – AL.

ÓRGÃO GERENCIADOR

FORNECEDOR REGISTRADO

TESTEMUNHA

CPF Nº

TESTEMUNHA

CPF Nº



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO N° (...) /2026, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA E A
EMPRESA (...).**

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA - ALAGOAS, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, inscrito no CNPJ sob o n° 12.224.895/0001-27, com sede na Praça da matriz, n.º 08 Centro, na cidade de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas, pela Prefeita Eliziane Ferreira Costa Lima, brasileira, casada, portadora do RG n° 874401 SSP/AL e CPF (MF) n° 648.053.954-00, residente e domiciliada na Rua Floriano Peixoto, n° 1549, Bairro Eldorado e a Senhora Rosângela Freire R. M. Costa portadora do CPF (MF) n° 505.061.534-87 neste ato nomeada através do decreto n° 012 de 10 de janeiro de 2025 para assinatura do presente contrato.

CONTRATADA: (...nome...), inscrita no CNPJ sob o n° (...) e estabelecida na (...endereço...), representada pelo seu (...cargo do representante legal...), Sr. (...nome...), inscrito no CPF sob o n° (...), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por (...procuração/contrato social/estatuto social...);

Os CONTRATANTES, nos termos do **Processo n° 0500.001810/2026 – Pregão Eletrônico n° 08/2026 2º Chamada** inclusive Parecer da PGM, e em observância às disposições da Lei n° 14.133, de 2021, e da Lei n° 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, celebram o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 Aquisição de veículos automotores zero quilômetro abrangendo veículos de passeio, utilitários, vans, ambulâncias e caminhões, divididos em lotes, para atender às necessidades da frota das Secretarias do Município de Delmiro Gouveia/AL, conforme especificações expressas em Termo de Referência.



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

1.2 Discriminação do objeto:

Item XX

Item	Especificação	Unida de	Quantida de	Valor Unitário	ValorTotal
	(...)	(...)	(...)	R\$ (...)	R\$ (...)
Valor Total					R\$ (...)

Nota explicativa: A tabela acima é meramente ilustrativa, devendo compatibilizar-se com as especificações dos bens estabelecidas no Termo de Referência e reproduzir o preço e demais condições ofertadas na proposta vencedora.

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência;

1.3.2 O Edital da Licitação;

1.3.3 A Ata de Registro de Preços nº XX/2026;

1.3.4 A Proposta do contratado;

1.3.5 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 Este Termo de Contrato tem prazo de vigência até o final do exercício contábil, contados da data de publicação PNCP, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (...) (...por extenso...).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4 CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício, na classificação abaixo:

Órgãos: 02 – Poder Executivo Unidade Orçamentária: (...) Funcional Programática: (...) Elemento de Despesa: (...)

5 CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 Liquidação e Condições

5.1.1 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal eletrônica apresentada expressa os elementos necessários e essenciais, tais como:

- a) Descrição detalhada do veículo (Marca, Modelo, Ano/Modelo);
- b) Número do Chassi e Placa do veículo;
- c) Dados do contrato, do empenho e do órgão contratante;
- d) Valor unitário e total;
- e) Destaque das retenções tributárias cabíveis.

5.1.2 A liquidação da despesa e o consequente pagamento ficam estritamente condicionados ao RECEBIMENTO DEFINITIVO do objeto, atestado pelo fiscal do contrato, e à apresentação dos seguintes documentos acessórios:

- a) Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) digital, comprovando o emplacamento em nome do Município de Delmiro Gouveia/AL;
- b) Manual do Proprietário e Chave Reserva;
- c) Certificado de Garantia devidamente preenchido.

5.1.3 A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista (Certidões Negativas do INSS, FGTS, Trabalhista, Federal, Estadual e Municipal).

5.2 Procedimento em caso de Irregularidade

5.2.1 Havendo erro na Nota Fiscal ou ausência do emplacamento/documentação exigida, a tramitação será suspensa para que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo de pagamento somente após a regularização, sem ônus para a Contratante.

5.2.2 Constatando-se situação de irregularidade fiscal da contratada, será providenciada sua notificação para regularização em 5 (cinco) dias úteis.



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

5.2.3 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto (ex: entrega de parte do lote ou veículos com avarias), deverá ser observado o art. 143 da Lei nº 14.133/2021, permitindo-se o pagamento da parcela incontroversa (veículos aceitos), ficando retido o pagamento dos itens em desacordo até sua substituição.

5.3 Prazo do Pagamento

5.3.1 O pagamento será efetuado em até 03 (três) parcelas iguais, sendo a primeira no prazo de 30 (tinta) dias contados a partir da data do adimplemento da obrigação (Recebimento Definitivo com documentação completa) e do atesto da Nota Fiscal pelo fiscal do contrato.

5.3.2. Na emissão das Notas Fiscais/Fatura, o Licitante vencedor deverá descrever o objeto obrigatoriamente, em conformidade com a descrição contida em sua proposta, bem Como o nº do processo e da Ordem de Fornecimento.

5.3.3. Ocorrendo erro na apresentação da Nota Fiscal, a mesma será devolvida a contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação da nova Nota Fiscal corrigida.

5.3.4. Os pagamentos poderão ser sustados pela Contratante nos seguintes casos:

5.3.5. O não cumprimento das obrigações assumidas que possam de alguma forma prejudicar a Contratante.

5.3.6. Inadimplência de obrigações assumidas pela Contratada para com o Município de Delmiro Gouveia, por conta do estabelecido neste Edital.

5.4 Forma de Pagamento

5.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em conta corrente de titularidade da Contratada.

5.4.2 Haverá retenção de tributos na fonte (IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP e ISSQN, se couber), conforme a legislação vigente, exceto para empresas optantes pelo Simples Nacional que apresentarem a devida comprovação

6 CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1 O preço contratado é fixo e irrevogável.

6.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3 A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5 O contratado poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro de cada produto, desde que comprove ter ocorrido alteração no custo de aquisição do mesmo que comprometa a manutenção do lucro sobre a comercialização.

7 CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 A execução do objeto processar-se-á sob o regime de Sistema de Registro de Preços, o que faculta à Administração a aquisição parcelada dos veículos conforme a conveniência, a oportunidade e a disponibilidade orçamentária de cada Secretaria participante. O fluxo de execução terá início mediante a expedição da respectiva Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho pela unidade requisitante, documento este que formalizará a demanda e deflagrará a contagem do prazo de entrega.

7.2 A contratada ficará obrigada a entregar os veículos no prazo máximo estipulado de 30(trinta) dias, em local definido pela Administração Municipal em Ordem de Fornecimento, livre de fretes, seguros ou despesas de descarregamento, assumindo integral responsabilidade pela integridade dos bens até o ato do recebimento definitivo.

7.3 A contratada deverá entregar os veículos já devidamente regularizados junto ao Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN).

7.3.1 a execução só será considerada concluída se os veículos forem entregues com o primeiro emplacamento realizado e licenciado em nome do Município de Delmiro Gouveia/AL, devendo a fornecedora arcar com todas as despesas referentes a taxas de registro, emissão de Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV), placas padrão Mercosul e quaisquer outros emolumentos necessários para a livre circulação imediata da frota, isentando a Administração de trâmites burocráticos posteriores.

7.4 O procedimento de recebimento do objeto obedecerá a um rito de dupla verificação para assegurar a conformidade técnica.

7.4.1 1ª Verificação - Recebimento Provisório: dar-se-á o Recebimento Provisório, mediante recibo, para efeito de verificação sumária da conformidade visual e documental.



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

7.4.2 2ª Verificação – Recebimento Definitivo: No prazo de até 15(quinze) dias ocorrerá o Recebimento Definitivo, após vistoria técnica minuciosa que comprovará o perfeito funcionamento dos itens de segurança, a integridade da mecânica e da funilaria, a conferência dos números de chassi e motor, bem como a efetiva presença dos equipamentos de transformação solicitados para as ambulâncias e caminhões (sinalizadores, macas, tanques, bombas).

7.4.3 Caso seja detectada qualquer desconformidade ou vício, a contratada deverá providenciar a substituição ou reparo do bem no prazo fixado pela fiscalização, sob pena de não aceitação.

7.5 A execução do objeto estende-se ao período de pós-venda através da garantia de fábrica. A contratada deverá assegurar a cobertura técnica total contra defeitos de fabricação e montagem pelo período mínimo de 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem.

7.6 A fornecedora deverá comprovar a disponibilização de uma rede de assistência técnica autorizada ou credenciada situada dentro do Estado de Alagoas ou em um raio de distância compatível com a logística municipal, garantindo que as revisões obrigatórias e manutenções em garantia sejam realizadas com celeridade, evitando o deslocamento oneroso da frota para outros estados e assegurando a continuidade da prestação do serviço público.

7.7 FORMA DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.8 A execução do objeto será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, com fundamento no inciso IV do art. 78 da Lei nº 14.133/2021, o que permitirá a aquisição parcelada dos veículos conforme a conveniência e a disponibilidade orçamentária da Administração Municipal.

7.9 O procedimento terá início com a emissão da Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho pela unidade requisitante, devendo a contratada realizar a entrega dos bens no prazo máximo estipulado em contrato, em local definido pelas Secretarias Solicitantes, correndo por sua conta exclusiva todas as despesas relacionadas a transporte, frete, seguro e descarga, isentando o Município de quaisquer custos adicionais até a efetivação do recebimento.

7.10 Em estrita observância às condições de habilitação técnica, os veículos deverão ser entregues novos, zero quilômetro, do ano de fabricação corrente ou modelo subsequente, e, conforme exigência expressa do edital, já devidamente licenciados e emplacados em nome do Município de Delmiro Gouveia/AL. Caberá à contratada a responsabilidade integral pelos trâmites junto ao DETRAN/AL, arcando com todas as taxas de primeiro emplacamento, emissão de CRLV e instalação das placas padrão Mercosul, garantindo que a frota seja entregue em condições de plena e imediata circulação legal, em conformidade com as normas do CONTRAN e PROCONVE.



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

8. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1 Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.2 fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

8.3 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.4 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente;

8.6 O fiscal do contrato comunicar, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

8.7 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

8.8 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

9 CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. Obrigações da CONTRATANTE:

9.1.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, permitindo o acesso de representantes da Contratada ao local de entrega.



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

9.1.2. Receber os veículos, provisória e definitivamente, conferindo sua conformidade com as especificações do Edital e da Proposta.

9.1.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os veículos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada ou que apresentem avarias.

9.1.4. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto, fixando prazo para sua correção ou substituição.

9.1.5. Efetuar os pagamentos devidos, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais, especialmente a entrega da documentação do veículo.

9.1.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor ou comissão especialmente designada.

9.2. Obrigações da CONTRATADA:

9.2.1. Entregar os veículos novos, zero quilômetro, de primeiro emplacamento, estritamente de acordo com as especificações técnicas (marca, modelo, versão, cor e acessórios) constantes no Termo de Referência, Contrato e na Proposta Vencedora.

9.2.2. DO EMPLACAMENTO E DOCUMENTAÇÃO: Entregar os veículos já devidamente licenciados e emplacados (Placas Mercosul) em nome do Município de Delmiro Gouveia/AL, arcando com todas as despesas de despachante, taxas do DETRAN, emissão de CRLV e impostos incidentes.

9.2.3. Realizar a entrega no local, data e horários estabelecidos pela Contratante, responsabilizando-se integralmente pelo transporte, frete, seguro de carga e descarga até o recebimento definitivo.

9.2.4. Garantir que os veículos entregues atendam aos limites de emissão de poluentes e ruídos exigidos pelo PROCONVE e possuam todos os itens de segurança exigidos pelo CONTRAN.

9.2.5. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

a) Prestar garantia total dos veículos pelo período mínimo de 12 (doze) meses (ou prazo maior, se oferecido pela fábrica), sem limite de quilometragem;

b) Indicar e manter, durante a vigência da garantia, rede de assistência técnica autorizada situada no Estado de Alagoas para realização das revisões e reparos necessários.



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

9.2.6. Realizar a Entrega Técnica dos veículos, fornecendo instruções detalhadas aos condutores e responsáveis da Prefeitura sobre o funcionamento, dirigibilidade, acionamento de tração (se houver) e manutenção preventiva.

9.2.7. Substituir, às suas expensas e no prazo máximo de 15(quinze) dias corridos, o veículo que for recusado pela fiscalização por apresentar defeito de fabricação, desconformidade com o edital ou avarias decorrentes do transporte.

9.2.8. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes da execução do contrato.

9.2.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.2.10. Atender aos chamados de Recall do fabricante, se houver, comunicando imediatamente a Contratante e providenciando o reparo sem custos.

10 CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - Multa:

a) moratória de 1% (um por cento) por dia, pela inobservância do prazo fixado para entrega do material sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

b) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

b.) O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

c) compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, havendo saldo de material a ser entregue, a administração poderá prorrogar a vigência contratual do contrato pelo prazo que for necessário.

11.3 Quando a não conclusão do contrato decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para convocação dos demais licitantes, seguindo a ordem classificatória, para firmar contrato sobre o saldo remanescente.

11.4 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.5 O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

11.6 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, independente de notificação.

11.7 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.8 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.9 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.10 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.11 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.12 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.13 Relação de indenizações e multas aplicadas.

11.14 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1 É vedado à Contratada:

12.1.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2 Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas legais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021.



MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Delmiro Gouveia – AL.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contratantes.

Delmiro Gouveia (AL), em (...) de (...) de (...)

MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA – AL.

CONTRATANTE

XXXXXXXX

CPF Nº xxx.xxx.xxx-xx

CONTRATADO

XXXXXXXXXX

CPF Nº xxx.xxx.xxx-xx

FISCAL DE CONTRATO

TESTEMUNHAS

NOME:.....

CPF Nº:.....

NOME:.....

CPF Nº:.....